

9

GESTÃO EMPRESARIAL
ECONOMIA

INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA



9

ECONOMIA INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA



OBJETIVOS DA UNIDADE DE APRENDIZAGEM

Analisar os objetivos econômicos do governo e os instrumentos para atingi-los e sua influência nas organizações.



COMPETÊNCIAS

Avaliar as variáveis macroeconômicas do seu dia a dia e das empresas.



HABILIDADES

Desenvolver o conceito de objetivos econômicos e instrumentos macroeconômicos.

APRESENTAÇÃO

Prezados alunos, já estudamos a Microeconomia e a partir de agora iremos analisar a macroeconomia.

A macroeconomia é o estudo da economia como um todo, analisando o nível de desemprego, inflação, crescimento econômico.

Vamos iniciar nossa viagem em 1929, onde houve a quebra da bolsa de valores e os países caíram em um estágio de grande depressão.

Foi após a depressão que tivemos um aprofundamento da macroeconomia e inicio-se o processo de estudo dos quatro principais objetivos econômicos do Estado (Estabilidade Econômica, Distribuição Equitativa da Renda, Pleno emprego de recurso e fatores de produção e, por último mas não menos importante, o crescimento econômico)

Para atingir os objetivos citados, o Estado dispõem de cinco instrumentos econômicos que são: **a política fiscal** onde iremos entender como o governo arrecada e gasta os recursos recebidos; **a política monetária** onde entenderemos como o governo coloca ou retira moeda de circulação e define as taxas de juros; **a política de Cambial** onde entenderemos como o governos define a taxa de câmbio e o valor da moeda nacional perante a moeda estrangeira; **a política comercial** que trata dos instrumentos de estímulo ou desestímulo as importações e exportações; e **a política de renda** onde o governo exerce controle direto na formação da renda através do controle da política de aluguéis, salário mínimo, contas de água, luz entre outras.

Bons estudos.

PARA COMEÇAR

Você saberia identificar qual é o país onde viviam as pessoas da seguinte foto?

Figura 1. A miséria rural.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Poor_mother_and_children,_Oklahoma,_1936_by_Dorothea_Lange.jpg



Se você respondeu Estados Unidos da América, você acertou!

Surpreso?

É verdade, a maior economia do mundo dos últimos 100 anos também teve o seu momento infeliz.

A figura 1 mostra uma foto de norte-americanos residentes na área rural que sofreram as consequências da crise econômica de 1929.

Você pode estar se perguntando: Como isso foi possível? Como isso pode ser evitado?

A resposta a essas questões está na Teoria Macroeconômica.

Luque (2006) explica que essa teoria ganhou grande impulso a partir da obra de Keynes, autor já apresentado na nossa UA 4.

Esse autor se preocupava com o nível de desemprego na economia e, ao contrário dos autores anteriores, não acreditava que sem a intervenção do governo as economias de mercado fossem capazes de trabalhar em pleno emprego, ou seja, ele acreditava que o governo poderia intervir para que os fatores de produção fossem utilizados de maneira mais eficiente.

Você deve estar pensando em como é difícil administrar uma economia como a norte-americana ou a brasileira. Sem dúvida é muito difícil. Mas, propomos a você a conhecer um pouco da Macroeconomia, que reúne os conhecimentos sobre como resolver os problemas da economia como um todo.

FUNDAMENTOS

1. INTRODUÇÃO

Até 1929 a Economia era analisada por meio de uma ótica microscópica ou microeconômica, no entanto, com a quebra da bolsa de Nova York e a grande depressão econômica, observou-se que o mercado não se autorregulava, e a ideia do liberalismo e da mão invisível de Adam Smith não mais fazia sentido, pois o mercado não era capaz de se recuperar de uma crise financeira sem ajuda do Estado. Foi nessa época que surgiu as ideias de John Maynard Keynes, economista inglês que iniciou a análise do emprego, juros e da moeda na Economia.

Luque (2006) explica que sem a intervenção do governo as economias capitalistas não têm capacidade de promover automaticamente o pleno emprego.



CONCEITO

Pleno emprego: os recursos disponíveis estão sendo plenamente utilizados na produção de bens e serviços, garantindo o equilíbrio das atividades produtivas. (LUQUE, 2006, p. 263)

Após os estudos de Keynes, a teoria macroeconômica passou a ser um campo muito importante da análise da teoria econômica, propiciando uma base teórica para a política econômica. Mas, antes de tratar desse assunto, vamos antes conceituar o que é a Macroeconomia.

2. A MACROECONOMIA

A macroeconomia é a área da economia que complementa o que não foi possível de ser analisado pela microeconomia. Enquanto a microeconomia estuda o comportamento do consumidor e mercados específicos à macroeconomia tem a função de estudar todo o agregado econômico, ou seja, não apenas uma empresa automobilística específica, mas a indústria automobilística como um todo.

Vasconcellos e Garcia (2008) explicam que a Macroeconomia estuda a economia como um todo. Analisa a determinação e o comportamento de grandes agregados, tais como: renda e produto nacionais, nível geral de preços, emprego e desempregos de fatores de produção, estoque de moedas e as taxas de juros, balanço de pagamentos e taxa de câmbio. Todas variáveis relativas a economia de um país ou no mínimo de uma região.

Os autores citados lembram que ao agregar as variáveis econômicas, podem-se omitir fatores específicos importantes. Por exemplo, quando consideramos o nível geral de preços, não consideramos o nível dos preços dos produtos agrícolas, ou da construção civil etc. Daí, ao afirmarmos que o nível geral de preços aumentou, ou seja, ocorreu inflação, é possível que os preços dos produtos agrícolas possam até ter diminuído, mas não o bastante para influenciar o nível geral de preços que inclui os preços de muitos outros produtos.

No entanto, como destacam Vasconcellos e Garcia (2008), a abordagem macroeconômica permite estabelecer relações entre grandes agregados e permite uma compreensão maior de algumas interações relevantes da economia, por exemplo, entre o mercado de bens e serviços e o mercado monetário, financeiro e cambial, e o mercado de trabalho, representando assim importante instrumento para a política econômica do governo.

Todo governo deveria ter o desejo de satisfazer as necessidades da população e para que isto ocorra é necessário criar condições econômicas que criem um ambiente adequado para prosperidade da nação. Vasconcellos e Garcia (2008) afirmam que há quatro objetivos essenciais que o Estado precisa atingir para desenvolver esse ambiente adequado que são:

1. Alto nível de emprego;
2. Estabilidade de preços;
3. Distribuição de renda justa;
4. Crescimento econômico.

Os autores citados explicam que as questões relativas ao nível de emprego e estabilidade de preços são conjunturais, ou seja, são de curto prazo. Quando o governo procura resolver problemas relativos a esses dois objetivos, ele está exercendo uma política de estabilização. Já os objetivos de distribuição de renda justa e crescimento econômico envolvem questões estruturais e a política do governo é de longo prazo, ou seja, para se ver resultados precisa-se esperar por um bom tempo.

Na sequência vamos estudar cada um desses objetivos macroeconômicos.

2.1. ALTO NÍVEL DE EMPREGO

Rossetti (2003, p. 719) entende que: “o objetivo primordial da atividade econômica é proporcionar um volume de bens e serviços finais para atender às necessidades e às aspirações da população”. No entanto, como já dissemos, é difícil atender a necessidades ilimitadas, então, o autor define esse primeiro objetivo como: a geração de uma produção

de bens e serviços o mais próximo possível do pleno emprego dos fatores de produção.

Vasconcellos e Garcia (2008) consideram que até 1930 questões como o desemprego dos fatores de produção, e em especial o desemprego de trabalhadores, não preocupava os economistas, pois predominava o pensamento liberal de que a economia se autoajustava.

Entretanto, o desenvolvimento das economias dos países de todo o mundo permitiu que surgissem novas organizações econômicas que pressionam para que o desemprego não aconteça. Esse é o objetivo dos sindicatos dos trabalhadores, por exemplo. Mas, o que é determinante na intervenção do governo é que as crises frustram os objetivos de todos, e o governo desempenha um papel importante na solução e prevenção das crises econômicas. Hoje, o que se discute é até onde o governo deve intervir.

2.2. ESTABILIDADE DE PREÇOS

A estabilidade econômica tem por objetivo a manutenção dos preços dos bens e serviços consumidos na economia. Altas bruscas dos preços fazem com que ocorra o surgimento da inflação e como consequência a classe mais pobre acaba sendo a mais prejudicada por não poder se defender de forma adequada da variação do preço dos produtos e serviços devido à perda de poder aquisitivo gerada pela inflação.

Rossetti (2003) explica que ao se evitar a inflação, evita-se que não aconteçam transferências líquidas de renda entre os diferentes setores da atividade produtiva, mantendo-se razoavelmente simétricos ao longo do tempo os índices de preços pagos e recebidos.

Segundo esse autor, as causas da inflação são: o excesso de demanda agregada em relação à capacidade agregada de oferta; mudanças na estrutura de custos; rigidez estrutural; expectativas e inércia.

Rossetti (2003) compreende que tanto a inflação quanto o desemprego são perversos do ponto de vista econômico e social. Quando um desses dois objetivos (alto nível de emprego e estabilidade de preços) não são alcançados, a pobreza se agrava. No entanto, os meios que o governo tem para resolver cada uma dessas duas questões podem agravar a situação mutuamente. Em outras palavras, os meios para estabilizar os preços podem conflitar com os que se empregam para promover o aumento no nível de emprego. Esse é um trade-off, lembra-se?

2.3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA JUSTA

Infelizmente o Brasil é um dos países que possui maior concentração de renda no planeta, ou seja, a distância dos mais ricos para os mais pobres é

enorme. O Estado tem como objetivo reduzir a distância entre ricos e pobres e para isso ele utiliza de políticas públicas que tem o objetivo de reduzir os bolsões de pobreza existentes no país e dessa forma reduzir o número de pessoas que acabam sendo excluídas da sociedade devido ao baixo poder aquisitivo. Só para se ter uma ideia da pobreza no país, de acordo com o IBGE, o Brasil possuía, em 1/6/2010, 193 milhões de habitantes.

Podemos dizer que 19,2% ou 37 milhões de pessoas recebem menos de meio salário mínimo e 36 milhões recebem até 1 salário mínimo por mês, ou seja, 73 milhões de brasileiros ou 38,5% da população vive com 1 salário mínimo ou menos e apenas 8% ou 15 milhões de brasileiros ganham mais de 5 salários mínimos por mês.

Vasconcellos e Garcia (2008) informam que os países que tiveram um crescimento econômico muito rápido após a 2ª Guerra Mundial, como o Brasil, Chile, México e Coreia do Sul, gerou-se um aumento abrupto da demanda por mão de obra especializada, que, por ser escassa, recebem melhores salários. Mas aqueles não qualificados, embora tivesse também melhoria salarial, esses ganhos foram menores e isso é determinante para a piora da distribuição de renda nesses países.

2.4. CRESCIMENTO ECONÔMICO

Vasconcellos e Garcia (2008) esclarecem que para haver crescimento econômico, o governo deve estimular a atividade produtiva, mas se há limite ao que se pode produzir com a tecnologia e os recursos disponíveis, então para aumentar a produção é necessário aumentar os recursos disponíveis e/ou melhorar a tecnologia, ou seja, desenvolver novas maneiras de organizar a produção, qualificar a mão de obra etc.

Para que possamos ter estabilidade econômica e geração de empregos que satisfaça o aumento demográfico do país é necessário que o Estado desenvolva programas de investimento em infraestrutura para gerar condições de produção no país com geração de energia elétrica adequada à demanda da população, uma logística de transporte adequada privilegiando os modais de menor custo, correta exploração das riquezas naturais do país e condições adequadas de fornecimento de recursos financeiros para as necessidades de investimentos do país e manutenção de um parque tecnológico adequado as necessidades do país.

É importante ressaltar que crescimento econômico não significa desenvolvimento econômico e o mais importante para o Estado é que o país desenvolva um crescimento econômico sustentável de forma a melhorar as condições de vida da população.



DICA

Crescimento Econômico: Aumento na produção de bens e serviços produzidos pelo país.

É diferente de:

Desenvolvimento econômico: Melhora dos indicadores sociais como moradia, educação, pobreza, desemprego, normalmente acompanhado com crescimento econômico.

3. AS INTER-RELAÇÕES E OS CONFLITOS ENTRE OS OBJETIVOS DA MACROECONOMIA

Vasconcellos e Garcia (2008) lembram que esses objetivos podem significar escolhas.

Por exemplo, o crescimento econômico deveria solucionar o problema da pobreza. O crescimento da economia poderia significar aumento da renda dos pobres sem que a renda dos ricos fosse diminuída. No entanto, como foi afirmado, é necessário que a mão de obra seja melhor qualificada.

Outro exemplo é aquele em que as políticas econômicas procuram reduzir o desemprego e desestabiliza o nível de preços. Quando o desemprego diminui, a economia aproxima-se da plena utilização dos recursos, o que pode provocar pressões para o aumento de preços, devido ao aumento da demanda agregada, provocando inflação. Por outro lado, quando a economia está em recessão (desemprego elevado), as taxas de inflação tendem a diminuir.

Esses autores esclarecem que diante destes dilemas cabe ao economista mostrar as consequências, no entanto, cabem aos políticos tomarem a decisão.

4. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA

Vasconcellos e Garcia (2008) explicam que a política econômica envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva (oferta agregada) e as despesas planejadas (demanda agregada), com o objetivo de levar a economia ao pleno emprego, no entanto com baixo nível de inflação, com distribuição de renda justa e crescimento econômico contínuo e sustentável.

Para tentar equilibrar a oferta e demanda do país e atingir os objetivos descritos, o governo dispõe de cinco instrumentos de política econômica que são:

1. Política Fiscal;
2. Política Monetária;

3. Política Cambial;
4. Política Comercial;
5. Política de Rendas.

Vamos entender como funciona cada uma delas?

4.1. *POLÍTICA FISCAL*

Refere-se aos instrumentos utilizados pelo governo para arrecadar tributos (política tributária) e controlar despesas (política de gastos), de acordo com Vasconcellos e Garcia (2008).

O primeiro instrumento, a política tributária, inclui a arrecadação de impostos, taxas e tarifas com o objetivo de criar condições financeiras para que o segundo instrumento, política de gastos, tenha os recursos necessários para financiar as necessidades de despesas do governo (investimento ou manutenção da máquina pública). Sem a arrecadação de impostos seria impossível o investimento em saúde, educação ou mesmo a remuneração dos funcionários públicos.

O maior problema do Estado é a tendência de gastar mais do que arrecada, pois o Brasil precisa de uma série de investimentos para melhoria de diversas áreas, no entanto, a arrecadação não é suficiente para satisfazer toda a demanda da população. Outro ponto é a dívida pública, que cresceu muito ao longo dos anos, primeiro porque o Estado gastava mais do que arrecadava e como consequência havia uma grande dívida pública que é remunerada em sua grande maioria pela taxa de Selic (sistema especial de liquidação de custódia), cuja taxa tem se mantido como uma das mais altas do mundo. Tal dívida só não aumentou devido a aprovação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC) que tem por objetivo impor o controle de gastos dos estados e municípios de acordo com a capacidade de arrecadação de cada um.

Existem dois tipos de impostos:

- **Impostos Diretos:** Incidem sobre a renda e o patrimônio. Ex: IR (Imposto de Renda), IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).
- **Impostos Indiretos:** Incidem sobre os bens e serviços. Ex: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Vasconcellos e Garcia (2008) relatam que toda política tributária deve obedecer a um princípio constitucional conhecido como **princípio da anterioridade**. Segundo esse princípio o início da cobrança dos tributos só pode ocorrer no exercício financeiro seguinte, ou seja, todo tributo a ser cobrado em 2010 deve ser aprovado em 2009, caso seja aprovado em 2010 terá seu início em 2011, segundo art.150, inciso III, b, da Constituição Federal de 1.998.

Na Tabela 1 apresentamos os efeitos causados pelos Instrumentos Fiscais do Governo.

Tabela 1. Efeitos da Política fiscal.
Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2002).

INSTRUMENTOS FISCAIS	POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA	POLÍTICA DE CRESCIMENTO	POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA
Política Fiscal	Elevação da Carga Tributária	Redução da Carga Tributária	Maior tributação sobre os mais ricos Isenção ou baixa tributação dos mais pobres
Política de Gastos	Redução de Gastos Públicos	Elevação dos Gastos Públicos	Gastos Públicos em regiões mais atrasadas
Resultado	Redução do consumo e investimento	Elevação do consumo e Investimento	Desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas

Note que se o objetivo da política econômica do governo reduzir a inflação, a Política fiscal adotada será a diminuição dos gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária, que diminui a renda a ser gasta pelos consumidores, diminuindo assim o consumo. Se o objetivo for promover o crescimento econômico e levar a economia ao pleno emprego, então a Política fiscal será inversa ao objetivo anti-inflacionário. Já a política de distribuição da renda deve ser mais específica.

4.2. POLÍTICA MONETÁRIA

Refere-se à ação do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos disponíveis na economia. O excesso de moeda gera inflação e sua escassez causa desestímulo ao consumo e conseqüente queda na produção industrial e na oferta de bens e serviços.

Para isso, de acordo com Vasconcellos e Garcia (2008), o Governo dispõe de cinco instrumentos de política monetária:

1. Emissões de moeda: Emissão de moeda papel e metálica.

2. Depósitos Compulsórios ou depósitos voluntários dos bancos comerciais: Depósito captado pelo banco comercial que deve ser depositado no banco central (será visto na UA 13 - Introdução a Economia Monetária).
3. Operações de mercado aberto: compra e venda de títulos públicos (será visto na UA 13 - Introdução a Economia Monetária).
4. Política de Redesconto: Empréstimo do Banco Central aos Bancos Comerciais. (será visto na UA 13 - Introdução a Economia Monetária).
5. Regulamentação e Controle de Crédito: Definição das taxas de juros, regras de financiamento. Por meio do COPOM (Comitê de Política Monetária). O Governo define a taxa de juros que remunera os títulos da dívida pública e serve como referência para definir as taxas de juros praticadas no mercado (será visto na UA 13 - Introdução a Economia Monetária).

Na tabela abaixo segue os efeitos causados pelos Instrumentos da Política Monetária do Governo.

Tabela 2. Efeitos da Política Monetária.
Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2002).

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA	POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA	POLÍTICA DE CRESCIMENTO
Estoque Monetário	Redução da Moeda em Circulação	Aumento da Moeda em Circulação
Depósito Compulsório	Aumentar o Depósito Compulsório	Reduzir o Depósito Compulsório
Operações de Mercado Aberto	Venda de Títulos Públicos	Compra de Títulos Públicos
Taxa de Juros	Elevação da Taxa de Juros	Redução da Taxa de Juros
Resultado	Redução do consumo e investimento	Elevação do consumo e Investimento

Se, por exemplo, o objetivo da política econômica do governo for controlar a inflação, então ele pode: reduzir o estoque de moeda em circulação; aumentar o depósito compulsório dos bancos; vender títulos públicos, reduzindo assim a renda para o consumo; elevar as taxas de juros, reduzindo assim os gastos com investimento das empresas.

Mas, se desejar fomentar o crescimento econômico e levar a economia ao pleno emprego, a política monetária será inversa a anterior.

Vasconcellos e Garcia (2008) destacam que a política econômica do governo deve ser executada por meio de uma adequada combinação dos

instrumentos fiscais e monetários para o controle inflacionário e promoção do crescimento.

De acordo com os autores citados, a política fiscal tem mais eficácia quando o objetivo é a melhoria da distribuição de renda, já a política monetária apresenta a vantagem de poder ser implementada logo após sua aprovação, enquanto a política fiscal depende da aprovação do Congresso e ainda deve obedecer ao princípio da anterioridade.

4.3. POLÍTICA CAMBIAL

É responsável controle do governo sobre a taxa de câmbio e define o valor da moeda nacional perante a moeda estrangeira. Existem dois tipos de regimes cambiais: o regime fixo onde o governo determina a taxa de câmbio e o regime flutuante onde o mercado determina o valor do câmbio, no entanto, às vezes o governo pode intervir no regime atuando com o objetivo de valorizar ou desvalorizar a moeda nacional (será visto na UA 19).

No Brasil, a responsabilidade da política cambial é do Conselho Monetário Nacional.

Na Tabela 3 segue os efeitos causados pelos Instrumentos da Política Cambial do Governo.

Tabela 3. Efeitos da Política Cambial.
Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2002).

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA CAMBIAL	ESTÍMULOS OU DESESTÍMULO A EXPORTAÇÃO	ESTÍMULOS OU DESESTÍMULO A IMPORTAÇÃO
Valorização da Moeda (o real se valoriza perante a moeda estrangeira)	Desestímulo a Exportação	Estímulo a Importação
Desvalorização da Moeda (o real se desvaloriza perante a moeda estrangeira)	Estímulo a Exportação	Desestímulo a Importação

4.4. POLÍTICA COMERCIAL

São instrumentos que o governo dispõe com o objetivo de estimular ou desestimular importações e exportações. Pode ser feito por meio de incentivos fiscais (redução de tributos, crédito-prêmio do ICMS, IPI etc.), incentivos creditícios (juros subsidiados pelo governo) para estimular as exportações, e controle das importações (via tarifas e barreiras quantitativas sobre importações).

Na Tabela 4 segue os efeitos causados pelos Instrumentos da Política Comercial do Governo.

No Brasil, a responsabilidade da política comercial é dos Ministros do Planejamento, da Indústria e Comércio e Agricultura, com apoio do Ministério das Relações Exteriores.

Tabela 4. Efeitos da Política Comercial.
Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2002).

INSTRUMENTOS DA POLÍTICA COMERCIAL	ESTÍMULO À INDÚSTRIA NACIONAL	ESTÍMULO À IMPORTAÇÃO
Incentivos fiscais, incentivos creditícios	Estímulo à Exportação	Não é fornecido a empresas estrangeiras
Barreiras tarifárias, Barreiras não tarifárias	Estímulo à produção nacional	Desestímulo à importação

4.5. POLÍTICA DE RENDA

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2008), refere-se à intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), com o controle e congelamento de preços.

Normalmente esses controles são utilizados como política de combate à inflação.

Não obstante, o governo exerce um controle direto na formação da renda como controle de aluguéis, salários, juros, lucros. Sua função é manter o equilíbrio dos preços que influenciam diretamente no custo de vida da população como tarifa de ônibus, contas de água, luz, enfim preços de bens e serviços que se alterados de forma desordenada pioram o bem estar da população mais carente pois fazem base dos bens e serviços que oferecem as mínimas condições adequadas para a subsistência do ser humano.



PAPO TÉCNICO

O Governo possui vários instrumentos para controlar o nível geral de preço e manter a quantidade de oferta e demanda equilibrada na Economia. No entanto, existe a Economia formal (empresas registradas e que pagam impostos) e a Economia informal (empresas sem registro e que não pagam impostos, portanto não emitem nota fiscal e possui condições de vender o produto mais barato devido ao não cumprimento das leis no país).



Brasil tem maior carga tributária da América Latina

Enquanto o Brasil está no grupo dos que têm menos impostos sobre a renda e lucro, é um dos que mais cobram sobre a seguridade social. Por Fernando Nakagawa, correspondente access_time 16 mar 2016, 17h02

Londres – O Brasil é o país com a maior carga tributária em toda América Latina e Caribe. Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela que brasileiros pagam o equivalente a 33,4% do tamanho da economia em taxas e impostos.

Proporcionalmente, o montante é mais de 50% superior à média da região. Apesar de liderar a incidência de impostos, a cobrança é desigual.

Enquanto o Brasil está no grupo dos que têm menos impostos sobre a renda e lucro, é um dos que mais cobram sobre a seguridade social.

Um novo estudo sobre estatísticas tributárias confirma a percepção dos brasileiros de que a carga tributária é elevada. Em 2014, brasileiros desembolsaram o equivalente a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) para pagar impostos, taxas e contribuições.

Essa é a maior carga entre 22 países listados e o dado brasileiro é mais de dez pontos percentuais superior à média de 21,7% registrada na América Latina e Caribe. O indicador brasileiro tem girado entre 32% e 33% do PIB desde 2005.

“Argentina (com 32,2% do PIB), Barbados (30,4%) e Brasil (33,4%) estão consideravelmente acima da média regional”, destaca o estudo divulgado pela OCDE.

“Países com níveis mais elevados de PIB per capita são mais propensos a apresentar os coeficientes mais elevados de impostos em relação ao PIB.” Na região, a menor carga é a da Guatemala, que arrecada 12,6% do PIB dos contribuintes.

O estudo revela que, efetivamente, o Brasil já tem uma carga tributária comparável a dos países ricos da OCDE

– grupo dos 34 economias mais desenvolvidas do mundo, onde a média de impostos equivale a 34,4% do PIB.

O Brasil está um ponto porcentual abaixo da média. Nesse grupo, o México tem a menor carga, com o equivalente a 19,5% do PIB. Na outra ponta, a Dinamarca arrecada o equivalente a 50,9% do tamanho da economia em impostos.

Desigualdade

Apesar de proporcionalmente o Brasil arrecadar o maior montante em impostos na região, a carga tributária brasileira é desigual entre as diferentes atividades da economia.

Entre os grandes, o Brasil é o segundo país que menos obtém arrecadação com a renda e o lucro. Em 2014, 20,7% da arrecadação brasileira veio por essa fonte, à frente apenas da Argentina (18,9%).

Na média da região, a renda e lucro geram 27,8% dos impostos e a proporção chega a 33,8% na OCDE.

Enquanto obtém proporcionalmente menos com a renda e lucro, o Brasil é o grande que mais arrecada com contribuições sobre a seguridade social.

Por essa fonte, o governo brasileiro consegue 26,2% da arrecadação, bem acima da média de 16,9% da região ou os 11% do Peru.

A OCDE explica que países como o Brasil, Paraguai e Uruguai têm elevada arrecadação com taxas sobre a seguridade social por terem grandes sistemas públicos de Previdência Social.

“Em países como a Colômbia e Peru, onde os programas públicos e privados competem, as contribuições representam níveis entre 11% e 13% (menos da metade do Brasil)”, cita o documento.



LEMBRE-SE

As Políticas Econômicas tem a função de atingir os objetivos de estabilidade econômica, distribuição equitativa da renda,

pleno emprego dos recursos e fatores de produção e crescimento econômico.



E AGORA, JOSÉ?

Você deve entender que uma economia se deixada sem intervenção do governo, pode chegar a uma recessão como a americana de 1929.

Para evitar as flutuações na economia, é importante que o governo atue de maneira constante. Os instrumentos que o governo possui são suas políticas econômicas: Política Fiscal, Monetária, Cambial, Comercial e de Rendas.

O governo utiliza essas políticas a fim de buscar os seguintes objetivos: Alto nível de emprego, Estabilidade de preços, Distribuição de renda justa e Crescimento econômico.

Agora que vocês já conhecem esse papel do Estado e os instrumentos que o governo dispõe para atingi-los, vamos entender um pouco sobre os mercado de bens e serviços, trabalho e financeiro.

GLOSSÁRIO

Distribuição Equitativa: Distribuição de forma igual.

REFERÊNCIAS

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores.** Disponível em: www.ibge.gov.br.

LUQUE, C. A. **Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual.** In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à Economia.** São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia – Micro e Macro.** São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia.** São Paulo: Saraiva, 2008.